

**MEC**



**Ciência e  
democracia**

9 85

**Presidente da República Federativa do Brasil**  
**José Sarney**

**Ministro da Educação**  
**Marco Maciel**

# Ciência e democracia

Ministro Marco Maciel

---

**A** realização da XXXVII Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência — a primeira da Nova República —, com o tema central “Ciência, tecnologia e Brasil democrático”, faz lembrar os compromissos políticos da Aliança Democrática, cujos ideais não se esgotam na edificação de um novo ordenamento político que deve embasar a organização jurídica, econômica e social do País, tarefa histórica que a Constituinte terá que cumprir. Neles estão implícitos também a reconquista de alguns princípios fundamentais de nosso patrimônio político e, ao mesmo tempo, o desafio de edificar a própria reordenação institucional do Brasil.

O papel reservado a instituições sociais como a SBPC transcende a simples reivindicação de uma nova postura do Governo ante as aspirações nacionais; é indispensável que a comunidade, organizada em instituições colocadas a salvo da tutela e controle do Estado, participe de maneira

efetiva, consciente e objetiva da definição de seus destinos.

Um papel assim concebido assemelha-se com as funções exercidas, ao longo de seus 37 anos de existência, pela Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, na organização e representação do pensamento predominante na comunidade científica brasileira.

O tema central proposto para a reunião deste ano tem muito a ver com os objetivos políticos que fundamentam a concepção, a formação e a atuação dessa ampla coligação política a que o imperecível Presidente Tancredo Neves deu o significativo título de Aliança Democrática. Nascida da constatação de que o modelo de poder vigente no País esgotava as possibilidades de atuar na vida pública brasileira, a Aliança estruturou-se dentro do pressuposto de que era indispensável um amplo e abrangente esforço de modernização e **aggiornamento** do processo político brasileiro, para adequá-lo às condições atuais de nosso desenvolvimento.

Isso mostra o quanto é profunda e desafiadora a tarefa que temos a cumprir, se efetivamente queremos dar conseqüência, no campo social e econômico, à mudança política que se operou sem rupturas e sem conflitos agônicos. Seus delineamentos básicos poderão operar-se a partir da obra de reelaboração constitucional que vamos encetar a partir de 1987.

O papel do processo educacional na busca desse objetivo é vital e insubstituível, especialmente em virtude de sua importância para o exercício da cidadania ativa; da mesma forma, a ciência tem uma relevante tarefa a desempenhar na construção de um regime democrático inspirado nas idéias do moderno liberalismo. Não me refiro à ciência aparentemente despida de atributos, que se declara neutra e resulta inativa ante os desafios

e compromissos do seu tempo, nem àquela que se pressupõe engajada em compromissos que a desvirtuam, em proveito de propósitos ideológicos, por mais legítimos que possam parecer.

Refiro-me à ciência, sim, “desinteressada” como a classificou Amoroso Costa, em meados dos anos 20, ao fundamentar — com sentimento de renovação intelectual que vicejou das sementes plantadas em 22, na Semana de Arte Moderna — o movimento de que resultou a Academia Brasileira de Ciências, a instituição do modelo universitário brasileiro, concebido não a partir de um entendimento que compreenda a universidade como mera transmissora do conhecimento e da cultura, mas para ser, como dizia o documento da época, a “produtora de ciência”, mais que apenas a transmissora do conhecimento.

O Brasil é indiscutivelmente pobre para que a pesquisa científica seja a única prioridade nacional e não é suficientemente rico para que possamos nos dar ao luxo de desprezar os benefícios do desenvolvimento científico, continuando tributários dos centros de produção das inovações tecnológicas, ou, o que é ainda pior, para que sejamos eternamente dependentes da criação intelectual de outros povos.

Os critérios de racionalidade a que temos forçosamente de submeter-nos é o de que, não podendo ser as únicas, a educação, a ciência e o desenvolvimento tecnológico devem ser as primeiras prioridades nacionais. Não se pode esquecer de que o fosso ameaçador que se acentua exatamente em razão do distanciamento das tecnologias em uso no mundo, separando o centro desenvolvido da periferia subdesenvolvida, só poderá ser superado à medida que o conhecimento humano, o progresso científico e as inovações tecnológicas deixem de ser, como na distribuição do poder mundial, o monopólio de poucos, para se

transformar no domínio de muitos.

Gostaria de lembrar a lição que nos legou essa figura inesquecível de humanista que foi Arnold Toynbee quando, em sua síntese inigualável, que é um "estudo de História", lembrou que o Brasil só seria uma grande potência no dia em que adquirisse "o dom da eficiência".

## **Escolha de prioridades, uma função política**

Temos que dominar, com as armas que a ciência fornece ao homem, os meios e recursos naturais à nossa disposição, de forma não apenas produtiva mas sobretudo não-predatória, para não esgotarmos, como simples supridores de matérias-primas, as necessidades do contínuo desenvolvimento da humanidade. A eficiência a que se referiu Toynbee não pode ser entendida apenas como um padrão de racionalidade econômica na exploração dos recursos naturais. Ela tem que se aplicar da mesma forma à administração de recursos notoriamente escassos, sobretudo aqueles de onde devem ser extraídos os investimentos fundamentais em educação, em pesquisa científica, em desenvolvimento tecnológico e em produção cultural.

A escolha de prioridades há de ser forçosamente uma função política de caráter seletivo, em que uma escolha termina por excluir outra tão ou mais essencial. O nosso esforço há de ser imperiosamente voltado para a busca de uma estratégia que objetive, prioritariamente, elevar a renda que temos obrigatoriamente que repartir. E é para a materialização desse objetivo político que

o esforço da pesquisa científica, assim, está diretamente relacionado com o projeto de reconstrução democrática que ora se empreende.

Esta tarefa prioritária só será conseguida à medida que a pesquisa científica não se submeta à tutela do poder público. Assim como não é admissível uma cultura oficial, e num regime democrático não se concebe produção cultural dependente da vontade do Estado, também no campo da ciência não é desejável, nem democraticamente possível, uma ciência oficial. Nós não queremos, como na República de Platão, que os sábios controlem o Governo. Mas também não podemos admitir que o Governo controle os sábios.

Nesse sentido, assume inequívoca importância o papel que a SBPC terá que exercer na busca do fortalecimento institucional da sociedade, elidindo o caráter forte e onipotente, oligárquico e patrimonialista do Estado brasileiro, tantas vezes ressaltado pelos estudiosos e analistas desse tema

Se não construirmos, agora, uma sociedade igualmente forte para confrontá-lo em suas tentações totalitárias, em seus desvios historicamente constatados, jamais poderemos enfrentá-lo. Não podemos continuar persistindo em nossos erros. Os exemplos que nos deram sucessivas reuniões anuais da SBPC, na época em que era mais patente o divórcio entre o Estado e a Nação, devem estimular os cientistas brasileiros a que continuem dizendo *não* quando, por falta de instrumentos ou canais adequados de manifestação, outros segmentos da sociedade sejam obrigados a dizer *sim*. Os riscos do engajamento da comunidade científica com os efêmeros e limitados objetivos de cada governo, quando ele se sobrepõe ao interesse permanente e duradouro da Nação, são os mesmos denunciados por Oppenheimer quando aludiu à circunstância de que os homens da ciência, depois

de Hiroxima e Nagasaki, tinham finalmente conhecido o "pecado original". Preservar-se dele impõe necessariamente ao cientista uma postura de permanente questionamento em relação ao próprio papel que desempenha na sociedade e diante das imposições do Estado.

Lamentavelmente, a educação, a ciência e a tecnologia no Brasil, e em certa medida até mesmo a produção cultural, podem tornar-se, se não estivermos advertidos para esse risco, um simples apêndice do poder do Estado. Entendo, nesse sentido, que o papel do Governo deve-se limitar, através de mecanismos permanentes e em comunicação com a comunidade científica, a dar-lhe a exata noção dos desafios que o País enfrenta para dominar os instrumentos necessários ao seu desenvolvimento. Não podemos esquecer que só na contemplação criativa e crítica de nossas dificuldades poderá o cientista contribuir decisivamente para dar ao País o "dom da eficiência" a que se referiu Toynbee.

## **Maior articulação entre ensino e pesquisa**

A interação entre ensino e pesquisa deve ser uma conquista defendida com o mesmo entusiasmo, tanto pelos que se dedicam ao magistério quanto pelos que se dedicam à especulação criativa. A pesquisa científica, hoje, quando o acervo de conhecimentos praticamente dobra a cada intervalo de 15 anos, é um empreendimento caro, coletivo e necessariamente abrangente. Por isso mesmo ensino e pesquisa são tarefas e funções afins, que não podem ser separadas sem que se prejudiquem ambas. A



universidade não cumpre em relação à pesquisa apenas a função complementar de suprir o ensino; ela pode e deve assumir a de agente de fecundo intercâmbio em todos os níveis na troca de experiências e na disseminação de informações que evitam duplicidade de esforços e recursos na busca dos mesmos objetivos.

Exatamente por isso o Ministério da Educação da Nova República está voltado para a definição de um modelo de autonomia universitária que possa assegurar a necessária independência do pesquisador e do cientista, no seu trabalho de investigação e de criação intelectual, além de devotar-se também, com o mesmo empenho, a outros objetivos prioritários de revalorização da universidade. Entre muitos esforços nesse sentido convém lembrar, como grandes linhas em desenvolvimento no MEC, a política de valorização do magistério e pessoal de apoio e o programa de ampliação de recursos para o melhor funcionamento das instituições de ensino superior, mormente as da rede pública. Procura-se, no momento, ampliar o acervo bibliográfico das universidades, para que o intercâmbio de informações entre os principais centros de produção do conhecimento humano e a comunidade universitária brasileira se faça de forma permanente, tornando acessível a professores, técnicos e alunos informações relativas à produção científica mundial.

Já se encontram em desenvolvimento várias ações na área de pesquisa como na de extensão, que buscam maior articulação entre a universidade e a realidade cultural em que se encontra inserida, tornando-a apta a desempenhar sua relevante função — política, certamente —, de servir de centro de reflexão crítica da realidade brasileira.

O Presidente José Sarney, dando seqüência às linhas programáticas deixadas pelo Presidente Tancredo Neves, criou o Ministério da Ciência e

Tecnologia e o Ministério da Cultura — confiados, respectivamente, aos eminentes Ministros Renato Archer e Aloísio Pimenta —, cujas ações têm sido desenvolvidas também em articulação com o Ministério da Educação, reforçando as condições de funcionamento da universidade brasileira e o melhor cumprimento de suas tarefas no campo da ciência e da cultura.

Desejo expressar, ainda, a certeza de que esta reunião obterá o êxito que tem caracterizado os encontros da SBPC; suas conclusões, estou seguro, muito poderão subsidiar a ação do Governo do Presidente José Sarney, de modo especial no Ministério da Educação, permitindo que se cumpra o itinerário que todos nós buscamos no rumo da consolidação de nossa democracia e da edificação de um processo de desenvolvimento que esteja atento ao que o homem precisa — pão e espírito, justiça e liberdade.

## **Série MEC/85**

- 1 – Governo, imprensa e educação
- 2 – Nova universidade
- 3 – Educação, liberdade e liberalismo
- 4 – Extensão universitária
- 5 – Uma política para os jovens
- 6 – Educação para Todos
- 7 – Novos tempos para a educação
- 8 – Prioridade para o ensino básico

